

ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (APO)

PROVA OBJETIVA P2 – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo sessenta e cinco questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

1

Para que uma entidade pública possa reconhecer contabilmente um recurso como ativo, deve-se comprovar que o referido recurso é controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. O controle é um elemento importante para o reconhecimento e pode ser observado a partir dos seguintes indicadores:

- I. propriedade legal;
- II. capacidade de realizar transações sem contraprestação;
- III. existência de obrigação legal ou legalmente vinculada;
- IV. acesso ao recurso ou à capacidade de negar ou restringir o acesso.

São indicadores que podem subsidiar a análise quanto à existência de controle de um recurso somente os apontados em:

- (A) I e III;
- (B) I e IV;
- (C) II e III;
- (D) II e IV;
- (E) III e IV.

2

Na elaboração de Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), é necessário ter atenção às características qualitativas da informação, atributos estes que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

As disposições da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação afirmam que:

- (A) a compreensibilidade das informações incluídas no RCPG é alcançada com a apresentação de notas explicativas;
- (B) a omissão de informações tende a afetar mais a representação fidedigna se a informação tiver natureza não financeira;
- (C) as características qualitativas devem priorizar as informações financeiras apresentadas no RCPG;
- (D) o valor confirmatório de uma informação só pode ser analisado se ela tiver caráter financeiro;
- (E) tanto informações financeiras quanto não financeiras devem ser avaliadas à luz da sua relevância.

3

Na estrutura do Balanço Patrimonial atualizada conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) consta que esse Balanço deve ser apresentado em um quadro principal e acompanhado de quadros adicionais.

Um desses quadros trata de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, o qual:

- (A) deve ter o resultado apurado em compatibilidade com o balanço financeiro do respectivo exercício;
- (B) deve ser elaborado de acordo com as categorias previstas na Lei nº 4.320/1964, e não com o PCASP;
- (C) expressa exclusivamente os passivos financeiros com obrigações patrimoniais associadas;
- (D) requer apresentação somente quando o ente apura superávit financeiro no exercício anterior;
- (E) tem os saldos de ativos e passivos apresentados pelos seus valores totais, sendo facultado o detalhamento em notas explicativas.

4

Na apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), conforme estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as Transferências Recebidas e Concedidas:

- (A) compõem as atividades de financiamento e de investimento, respectivamente;
- (B) compõem o fluxo de caixa das atividades operacionais e devem ser detalhadas em quadro complementar;
- (C) devem desconsiderar as transferências intragovernamentais, para evitar dupla contagem;
- (D) devem ser incluídas somente na apuração consolidada da geração líquida de caixa e equivalente de caixa;
- (E) não são incluídas nos fluxos de caixa para evitar duplicidade de informações com os entes transferidores e recebedores.

5

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) trata dos atributos da conta contábil, que são características próprias que as distinguem de outras contas do plano de contas. Os atributos conceituais incluem código, título, função e natureza do saldo das contas.

Ao analisar o último balancete mensal, o servidor de um ente público encontrou uma inconsistência quanto ao atributo na natureza do saldo em uma conta de:

- (A) caixa e equivalentes de caixa com saldo devedor;
- (B) despesas de depreciação com saldo devedor;
- (C) empréstimos de longo prazo com saldo credor;
- (D) estoques de materiais com saldo credor;
- (E) receitas tributárias arrecadadas com saldo credor.

6

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) consiste em um conjunto de anexos, legalmente exigidos para assegurar transparência ao longo do ciclo de execução orçamentária.

Os anexos do RREO permitem o acompanhamento de informações sobre receitas e despesas em diferentes categorias, inclusive em áreas de atuação governamental de forma detalhada, como:

- (A) administração, planejamento e orçamento;
- (B) assistência e previdência social;
- (C) defesa nacional e segurança pública;
- (D) habitação e urbanismo;
- (E) manutenção e desenvolvimento do ensino.

7

O prefeito de uma capital em seu primeiro ano de mandato (2021) solicitou ao seu secretário de finanças uma explanação sucinta e objetiva acerca das informações fiscais a serem geradas e publicadas pelo Município. O prefeito estava preocupado com os números reportados em uma audiência pública realizada em fevereiro/2021, após a abertura da sessão legislativa.

O secretário esclareceu ao prefeito que os resultados fiscais da sua atuação como gestor seriam reportados somente:

- (A) a partir de maio de 2021;
- (B) no final do exercício de 2021;
- (C) no segundo ano de mandato;
- (D) após a aprovação do plano plurianual;
- (E) após a aprovação de alterações na LDO do exercício.

8

Diante da necessidade de apurar e registrar a ocorrência de redução ao valor recuperável de um ativo não gerador de caixa, uma das bases para definição do valor recuperável deve ser o valor em uso, cujo montante deve ser determinado a partir de uma das seguintes abordagens:

- (A) custo de recuperação e custo de cumprimento da obrigação;
- (B) custo de reposição depreciado e custo corrente;
- (C) custo de reposição depreciado e custo de liberação;
- (D) unidades de serviço e custo de recuperação;
- (E) unidades de serviço e preço líquido de venda.

9

Um ente municipal realizou uma operação de crédito autorizada pelo Poder Legislativo com o objetivo de custear a construção de dois viadutos para melhorar o fluxo de trânsito na cidade. Esse tipo de transação tem custos que precisam ser devidamente controlados e tratados à luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Se o Município optar por adotar o tratamento padrão para os custos dos empréstimos, deverá:

- (A) alocá-los no custo de aquisição, construção ou produção dos respectivos ativos qualificáveis;
- (B) reconhecê-los como desembolsos de natureza não operacional;
- (C) reconhecê-los como despesa no período em que são incorridos, independentemente de como os empréstimos são aplicados;
- (D) registrá-los como ajustes de avaliação patrimonial no período em que são incorridos;
- (E) tratá-los como variação patrimonial de natureza qualitativa.

10

Uma universidade estadual aprovou a abertura de um curso de medicina no contexto de interiorização da educação superior, aprovada entre as metas da atual gestão do governo do Estado. Em decorrência das necessidades e exigências da formação em medicina, a administração da universidade está em tratativas com o governo do Estado com base na análise de duas alternativas propostas por uma comissão formada para este fim: construir um hospital universitário ou assinar um convênio com um hospital público, incluindo repasse de recursos que assegurem o atendimento às necessidades do curso.

A comissão propôs que a tomada de decisão fosse com base na análise de informações de custos, apurando-se a diferença entre os custos totais das alternativas consideradas, em atenção ao conceito de:

- (A) custos reais;
- (B) custo padrão;
- (C) custos controláveis;
- (D) custos diferenciais;
- (E) custos perdidos (*sunk costs*).

Finanças Públicas

11

As ações e programas governamentais podem ser associados a cada uma das chamadas funções clássicas do Estado, que são interconectadas e complementares.

É correto afirmar que o Estado está desempenhando sua função alocativa quando:

- (A) adota políticas monetárias contracionistas para controlar a inflação, como aumento das taxas de juros;
- (B) implementa políticas fiscais expansionistas durante períodos de recessão;
- (C) implementa políticas fiscais progressivas, como impostos sobre a renda e herança;
- (D) intervém na regulação de setores estratégicos, como energia e telecomunicações, para garantir o acesso a esses serviços;
- (E) prioriza programas assistenciais, como bolsas de estudo, seguro-desemprego e aposentadoria.

12

O Estado desempenha suas funções a partir das competências legalmente definidas e também considerando uma agenda de prioridades construída para um determinado período, fortemente associada ao processo eleitoral. Os bens providos pelo Estado têm diferentes características e a teoria clássica de finanças públicas os classifica como bens públicos, semipúblicos e privados.

Um tipo de bem que tem as características de exclusividade parcial e rivalidade variável dos bens meritórios (ou semipúblicos) refere-se a:

- (A) alimentos;
- (B) educação;
- (C) habitação;
- (D) iluminação pública;
- (E) segurança pública.

13

No Plano Plurianual 2022-2025 do Município do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei nº 7.234, de 12 de janeiro de 2022, consta o programa estratégico 0643 - Resiliência e Gestão de Risco. Pela lógica do processo orçamentário brasileiro, esse programa terá suas ações desdobradas em orçamentos anuais ao longo do período a que se refere.

A classificação da despesa pública por programas tem a finalidade de responder perguntas do tipo:

- (A) De onde virão os recursos para realizar a despesa?
- (B) Em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?
- (C) O que se pretende alcançar com a implementação da política pública?
- (D) Qual o efeito econômico da realização da despesa?
- (E) Quem é o responsável pelo gasto?

14

No segundo ano do seu mandato, conforme compromisso assumido em sua plataforma de campanha, o governador de um Estado da federação obteve aprovação legislativa para a criação de uma empresa pública para promoção do turismo no território do Estado, que conta com grande riqueza natural e cultural.

Os gastos necessários para a criação da referida empresa, incluindo a constituição do seu capital, devem ser classificados no grupo de natureza da despesa:

- (A) investimentos;
- (B) inversões financeiras;
- (C) transferências de capital;
- (D) transferências intragovernamentais;
- (E) transferências setoriais.

15

Costuma-se considerar como receitas públicas os ingressos de recursos nos cofres do Estado que representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.

Para que esses recursos possam integrar essas disponibilidades ao erário, é necessário que:

- (A) impliquem variação aumentativa no patrimônio;
- (B) representem entradas compensatórias;
- (C) tenham caráter não transitório;
- (D) tenham sido objeto de lançamento prévio;
- (E) tenham sido previstos na Lei Orçamentária Anual.

16

Para a regular apuração da Receita Corrente Líquida (RCL) conforme conceituação legal, é necessário somar as receitas correntes e efetuar as deduções cabíveis ao respectivo ente federativo.

Ao considerar as receitas de um Município para fins de apuração da RCL, uma receita que, mesmo regularmente lançada e efetivamente arrecadada, NÃO deverá constar no somatório refere-se a:

- (A) compensações financeiras;
- (B) receitas de alienação de bens móveis;
- (C) receitas de serviços;
- (D) receitas de dividendos;
- (E) transferências intergovernamentais.

17

Em decorrência de uma pane no sistema de gestão da execução orçamentária e financeira de um Município, um servidor precisou proceder ao lançamento de uma receita tributária de competência municipal manualmente, uma vez que os lançamentos padronizados estavam indisponíveis.

Para proceder ao registro de lançamento, o servidor deve buscar informações relativas a:

- (A) comprovação e atesto da execução do serviço;
- (B) identificação de impacto no resultado primário;
- (C) origem e ao objeto do que se deve pagar;
- (D) procedência do crédito fiscal;
- (E) verificação do direito adquirido pelo credor.

18

Um ente público estadual realizou um processo licitatório para contratação de fornecedor de combustíveis para os veículos do gabinete do governador e órgãos vinculados, pelo período de 12 meses. O valor total do contrato foi de R\$ 790.000,00, a serem pagos mensalmente de acordo com o consumo medido e atestado.

Nesse caso, o ente deve efetuar um empenho do tipo:

- (A) estimativo;
- (B) global;
- (C) ordinário;
- (D) por subelemento de despesa;
- (E) por modalidade de licitação.

19

A condução eficaz da economia pública desempenha um papel fundamental no funcionamento da sociedade, sendo responsabilidade dos governos utilizar instrumentos adequados para garantir o equilíbrio na oferta de bens e serviços, o controle dos gastos, o funcionamento adequado do sistema financeiro e o crescimento sustentável, entre outros aspectos essenciais. As ações que decorrem das políticas fiscal, regulatória e monetária podem ser utilizadas de forma conjunta.

Porém, uma ação específica da política monetária refere-se à definição:

- (A) da taxa Selic, que influencia as taxas de juros praticadas pelos bancos, afetando o custo do crédito para empresas e consumidores;
- (B) das alíquotas e regras de arrecadação de impostos para financiar as despesas públicas;
- (C) das normas para o funcionamento do sistema financeiro, que inclui a supervisão de bancos, seguradoras e outras instituições financeiras;
- (D) de limites orçamentários e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- (E) dos parâmetros para controle do endividamento público.

20

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi aprovada há mais de 20 anos com uma série de regramentos para disciplinar as finanças dos entes governamentais, tendo em vista o equilíbrio fiscal. Esses regramentos incluem conceitos, parâmetros, limites, exigências e vedações.

Nesse contexto, ao conceituar despesa obrigatória de caráter continuado, a LRF dispôs que uma das suas características é:

- (A) ser derivada de investimentos executados para expandir ou aperfeiçoar a ação pública;
- (B) ser incluída nos programas estratégicos do plano plurianual em vigor no exercício de referência;
- (C) ser uma despesa corrente derivada de lei, com obrigação de execução por um período superior a dois exercícios;
- (D) ter fonte de custeio autorizada pelo Poder Legislativo, quando se tratar de operação de crédito;
- (E) ter impacto não significativo nas metas de resultado primário definidas na LDO.

Planejamento e Orçamento Público

21

O Plano Plurianual (PPA) previsto no Art. 165 da Constituição da República de 1988 está inserido em um contexto de evolução dos modelos de planejamento e orçamento público, tendo em vista as reconfigurações no papel do Estado.

Em relação ao Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI) e ao PPA, que o sucedeu, é correto afirmar que, na legislação que os instituiu, ambos:

- (A) abrangeriam o orçamento das empresas estatais;
- (B) constituiriam referência para a elaboração das leis de diretrizes orçamentárias;
- (C) deveriam ser aprovados após análise do Poder Legislativo;
- (D) poderiam ser alterados por emendas parlamentares;
- (E) teriam disposições cujos efeitos coincidem com os mandados dos chefes do Poder Executivo.

22

Considere o trecho a seguir, adaptado do instrumento de planejamento de um ente municipal:

“Art. 2º, §1º A Lei Orçamentária de 2023 destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas neste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I. provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Município;
- II. compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III. despesas indispensáveis ao custeio dos serviços públicos e de manutenção da administração municipal; e
- IV. conservação e manutenção do patrimônio público.”

O instrumento de planejamento governamental que contém o trecho em destaque:

- (A) deve ter sido aprovado durante o exercício a que se refere;
- (B) estabelece disposições para o planejamento estratégico do ente;
- (C) pode dispor sobre alterações na legislação tributária no âmbito do referido ente;
- (D) refere-se ao plano de governo do chefe do Poder Executivo para o mandato em referência;
- (E) tem disposições cujos efeitos se estendem até o início do mandato seguinte.

23

A elaboração dos instrumentos de planejamento deve seguir regras legalmente previstas para assegurar a uniformidade do processo.

No âmbito dos entes públicos municipais, a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA):

- (A) deve atender as diretrizes orçamentárias definidas no PPA federal para reduzir desigualdades regionais;
- (B) dispensa apresentação do demonstrativo regionalizado do efeito de renúncias de receitas autorizadas por lei;
- (C) exige a inclusão de autorização para a contratação de operações de crédito quando o limite for ultrapassado;
- (D) faculta a apresentação do orçamento de investimento das empresas estatais;
- (E) pode seguir prazos diferentes do previsto nas disposições constitucionais, conforme legislação municipal.

24

O ciclo orçamentário tem etapas e prazos que devem ser respeitados para a regularidade do processo de execução orçamentária no exercício financeiro.

No caso da lei orçamentária relativa ao primeiro ano de mandato no âmbito municipal, à luz da legislação, é exigido que:

- (A) inclua dispositivos que regulem a execução dos restos a pagar até o final do mandato;
- (B) não contenha projetos cuja execução ultrapasse o exercício financeiro;
- (C) reflita as prioridades e necessidades locais, mediante apreciação do Poder Legislativo;
- (D) seja aprovada somente no início do exercício de referência;
- (E) seja revisada para refletir as prioridades e os compromissos do gestor eleito.

25

As disposições legais relativas ao orçamento anual dos entes públicos estabelecem que, para fins de execução orçamentária, o exercício financeiro deve coincidir com o calendário civil. Mais recentemente a LRF reforçou a necessidade de compatibilidade da Lei Orçamentária Anual (LOA) com o PPA, atendendo ao princípio do planejamento.

Nesse contexto, a LOA de um dado exercício:

- (A) deve especificar reserva de contingência, desde que alinhada aos programas previstos no PPA;
- (B) deve priorizar as despesas correntes obrigatórias de caráter continuado, conforme critérios previstos na LDO;
- (C) não pode conter despesas incrementalistas em relação ao exercício anterior;
- (D) pode autorizar a abertura de créditos adicionais especiais relativos a programas previstos no PPA;
- (E) pode conter previsões de despesas para exercícios seguintes, especificando investimentos plurianuais e em andamento.

26

No processo de elaboração da proposta orçamentária de cada exercício, é imprescindível a definição dos programas, que consistem em instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos.

Nos termos da Portaria Ministerial nº 42, 14/04/1999, os programas devem:

- (A) considerar o maior nível de agregação das áreas de despesa que competem ao setor público;
- (B) obedecer a estrutura programática comum e consistente, que assegure uniformidade das ações ao longo do tempo;
- (C) ser classificados como operações especiais se forem financiados por receitas de capital;
- (D) ser estruturados a partir das categorias definidas na LDO do período de referência;
- (E) ter seus objetivos mensurados por indicadores estabelecidos no PPA.

27

Ao final do primeiro semestre de um dado exercício, foi apurado que a arrecadação de receitas do Município superou em R\$ 230.000,00 o valor previsto até aquele período. Adicionalmente, após o fechamento dos balanços do exercício anterior, foi apurado um superávit financeiro de R\$ 13.000,00.

Se o ente necessitar abrir um crédito adicional utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação, ele deverá:

- (A) adicionar o superávit financeiro e deduzir o valor de créditos extraordinários abertos no exercício;
- (B) adicionar o valor de créditos extraordinários abertos no exercício, se houver;
- (C) considerar a tendência do exercício em relação ao desempenho da arrecadação;
- (D) deduzir o valor de saldos dos créditos adicionais transferidos, se houver;
- (E) deduzir os valores dos créditos adicionais abertos e do superávit financeiro.

28

Um ente público municipal recebeu recursos decorrentes de uma emenda individual impositiva apresentada ao projeto de lei orçamentária da União.

A modalidade da emenda foi transferência especial, na qual o ente deve observar que os recursos:

- (A) deverão ser aplicados integralmente em despesas de capital pelo ente beneficiado;
- (B) não integrarão a receita do ente beneficiado para o cálculo dos limites de endividamento;
- (C) poderão ser aplicados em despesas correntes, desde que nas áreas de saúde e educação;
- (D) serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União;
- (E) serão repassados ao ente beneficiado mediante celebração de convênio ou de instrumento congênere.

29

Com as recentes alterações no arcabouço normativo relativo ao processo orçamentário no Brasil, pode-se considerar que, quanto à execução do conteúdo, temos um orçamento público do tipo híbrido.

Esse enquadramento se dá em decorrência do(a):

- (A) competência compartilhada entre os poderes executivo e legislativo nas etapas do ciclo orçamentário;
- (B) necessidade de execução impositiva de emendas parlamentares em paralelo a outras parcelas autorizativas;
- (C) obrigatoriedade de aplicação coordenada de regras orçamentárias e fiscais no controle da execução;
- (D) possibilidade de previsão de despesas que ultrapassem o exercício financeiro, a despeito do princípio da anualidade;
- (E) caráter estimativo das receitas e autorizativo das despesas na aprovação do orçamento.

30

As funções clássicas do Estado – alocativa, distributiva e estabilizadora – são cumpridas a partir de um conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e executa despesas. Essas medidas refletem a política fiscal do governo, que deve ser adequada e permanentemente avaliada.

O controle e acompanhamento das dívidas líquida e bruta constituem parâmetros de resultado da política fiscal e se relacionam a:

- (A) análises fiscais de estoque;
- (B) análises fiscais de fluxo;
- (C) impactos no pacto federativo;
- (D) mensuração da qualidade do gasto público;
- (E) mensuração de margem de liquidez.

31

Um analista orçamentário precisou fazer o registro de uma receita arrecadada que não havia sido prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente de uma operação de crédito autorizada durante o exercício.

O registro do referido recurso deve:

- (A) adotar a codificação de receitas intraorçamentárias;
- (B) considerar o enquadramento como variação patrimonial aumentativa;
- (C) observar as categorias classificatórias para receitas orçamentárias;
- (D) pela natureza do recurso, ser tratado apenas nas contas de controle;
- (E) seguir os procedimentos relativos a ingressos extraorçamentários.

32

Um servidor recém-empossado na secretaria de planejamento de um Município foi designado para um grupo de trabalho (GT) criado com a atribuição principal de melhorar a acurácia da previsão das receitas a serem consideradas na proposta de lei orçamentária anual.

O servidor preparou uma apresentação com as diretrizes a serem seguidas pelo GT, à luz da legislação aplicável para esta etapa da execução da receita, onde destacou que o modelo de projeção de receitas orçamentárias:

- (A) depende de informações fornecidas pelos órgãos orçamentários envolvidos no processo;
- (B) depende de validação prévia das instâncias de controle interno ou externo;
- (C) deve ser consistente para todas as origens de receitas arrecadadas pelo ente;
- (D) deve ser definido na lei de diretrizes orçamentárias do exercício financeiro de referência;
- (E) é baseado nas diretrizes para elaboração do orçamento funcional-programático.

33

Durante a preparação da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) em um ente municipal, a equipe havia concluído a estimativa das receitas orçamentárias. Antes da publicação da LOA, porém, a equipe da secretaria foi notificada que uma das espécies de receita sofreria atualização monetária legalmente autorizada.

No controle da execução orçamentária apresentado no Balanço Orçamentário, o valor relativo a essa atualização deve ser tratado como:

- (A) dotação atualizada;
- (B) previsão atualizada;
- (C) previsão inicial;
- (D) receita a realizar;
- (E) receita extraorçamentária.

34

Em geral são considerados como despesa pública todos os dispêndios realizados por um ente governamental no provimento de bens e serviços públicos, diretos ou indiretos. Porém, nem todos esses dispêndios têm impacto efetivo no patrimônio do ente.

Para que uma despesa seja considerada efetiva, é necessário que:

- (A) seja autorizada na lei orçamentária anual;
- (B) sua liquidação se dê no curso do exercício financeiro;
- (C) sua realização reduza a situação líquida patrimonial do ente;
- (D) tenha impacto efetivo na apuração do resultado primário;
- (E) tenha sido regular e previamente empenhada.

35

Em um dado exercício financeiro a Lei Orçamentária Anual de um ente público fixou despesas no montante total de R\$ 79 milhões. Ao longo da execução orçamentária foram abertos os seguintes créditos adicionais:

Tipo	Valor	Data da abertura	Fonte de recursos
Suplementar	R\$ 400 mil	01/06	Superávit financeiro
Suplementar	R\$ 200 mil	05/09	Anulação de dotação
Especial	R\$ 500 mil	01/04	Operação de crédito
Especial	R\$ 900 mil	01/09	Anulação de dotação
Especial	R\$ 1,3 milhão	01/10	Excesso de arrecadação

Considerando exclusivamente esses fatos e a legislação aplicável, o valor da despesa inicialmente fixada será acrescido em:

- (A) R\$ 900 mil;
- (B) R\$ 1,2 milhão;
- (C) R\$ 1,7 milhão;
- (D) R\$ 2,2 milhões;
- (E) R\$ 3,3 milhões.

36

Um ente municipal recebeu recursos por meio de descentralização de créditos do orçamento da União para realização de ações na área de educação básica.

Para a execução de tais recursos:

- (A) devem-se adotar procedimentos específicos, pois não se confundem com transferências voluntárias;
- (B) deve-se verificar a fonte de recursos: próprios ou decorrentes de operações de crédito;
- (C) é dispensável a inclusão na programação financeira, por se tratar de operação intergovernamental;
- (D) haverá a sua inclusão na receita e na despesa do ente receptor;
- (E) o ente transferidor deverá tratá-los como operações especiais, na classificação funcional-programática.

37

Considere os seguintes itens obtidos do sistema de execução orçamentária de um ente público municipal, relativos aos últimos 12 meses e com valores expressos em milhares de reais:

Descrição	Valor
Despesas decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 50,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	R\$ 75,00
Despesas com Vale-Transporte	R\$ 230,00
Despesas com Plano de Saúde	R\$ 570,00
Despesas com Auxílio-Moradia	R\$ 790,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	R\$ 1.670,00
Vencimentos e vantagens - Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 1.670,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 5.780,00
Vencimentos e vantagens - Pessoal Ativo	R\$ 77.900,00

Na verificação do atendimento dos limites de despesa total com pessoal definidos pela LRF, NÃO deve ser computado o montante, em milhares de reais, de:

- (A) 1.590,00;
- (B) 7.420,00;
- (C) 7.575,00;
- (D) 9.165,00;
- (E) 10.835,00.

38

Em 01/11/2022, um ente municipal concluiu um processo licitatório para contratação de serviços de copeiragem no hospital geral do Município. A data pactuada para o início do serviço foi 01/12/2022. O ente municipal realizou um empenho estimativo em valor relativo a um mês do serviço contratado e inscreveu o referido valor em restos a pagar, uma vez que não seria possível processar a liquidação e o pagamento até o final do exercício. Em 02/01/2023, a direção do hospital informou que a empresa não conseguira iniciar a prestação de serviço, e havia solicitado o cancelamento do contrato.

Assim, o valor inscrito em restos a pagar deve:

- (A) ser cancelado apenas no sistema de informação de natureza orçamentária;
- (B) ser cancelado, e a obrigação, tratada como despesa de exercícios anteriores;
- (C) ser cancelado nos sistemas de informação de natureza orçamentária e de controle;
- (D) ser mantido como variação patrimonial diminutiva;
- (E) ter seu saldo mantido e revertido para nova empresa a ser contratada.

39

O controle do endividamento é um desafio inveterado no âmbito da administração pública e a LRF trouxe contribuições para atenuar as suas consequências tendo em vista o equilíbrio fiscal. Ao tratar da definição de operação de crédito, por exemplo, a LRF o fez de forma exemplificativa, de tal modo que é necessário que normas infralegais esclareçam quanto à equiparação.

Assim, guardados os limites e demais exigências legais, equiparase a operações de crédito e é permitido(a):

- (A) a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo ente da Federação;
- (B) a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços;
- (C) a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;
- (D) o parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras, desde que não provoque elevação da dívida;
- (E) o reconhecimento ou confissão de dívidas pelo ente da Federação.

40

Ao final do terceiro bimestre de um determinado exercício financeiro, foi verificado um significativo decréscimo na realização da receita em relação à estimativa constante na LOA de ente municipal e detalhada em sua programação financeira. Esse decréscimo compromete o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal definidas na LDO. O chefe do Poder Executivo publicou ato estabelecendo limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na LDO, mas o chefe do Poder Legislativo não o fez no prazo legal.

Nesse caso:

- (A) as dotações orçamentárias totais do ente deverão ser revisadas até o final do bimestre seguinte;
- (B) o chefe do Poder Legislativo será notificado pelo respectivo Tribunal de Contas;
- (C) o plenário da casa legislativa deverá promover a limitação de empenho em até trinta dias;
- (D) o Poder Executivo é autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela LDO;
- (E) o Poder Executivo pode suspender os repasses financeiros destinados ao Poder Legislativo.

41

Um determinado ente público emitiu uma nota de empenho relativa à locação de um equipamento por trinta dias, iniciando no dia 01/10/2021. O serviço foi prestado no período pactuado, porém, a empresa só emitiu a nota fiscal em 03/02/2022.

Nesse caso, considerando que os demais procedimentos foram realizados à luz da legislação aplicável, no exercício de 2022, após o recebimento e conferência dos documentos, o ente deve:

- (A) proceder ao pagamento de imediato, haja vista referir-se a uma despesa extraorçamentária no presente exercício;
- (B) providenciar o pagamento após a liquidação, nos termos de uma despesa inscrita em restos a pagar não processados;
- (C) reabrir o crédito adicional que foi empenhado para possibilitar o pagamento da despesa;
- (D) reclassificar a despesa de restos a pagar não processados para processados e proceder à liquidação;
- (E) tratar a transação como despesas de exercícios anteriores e indicar a dotação específica consignada no orçamento.

42

Um servidor empossado em 02/01/2022 no cargo de analista de orçamento e finanças em um ente público municipal foi designado para a divisão responsável pela elaboração e divulgação dos relatórios e anexos fiscais. Ao servidor foi solicitado fazer uma revisão do Anexo de Metas Fiscais, que acompanharia a LDO relativa ao exercício de 2023, quanto ao demonstrativo que trata da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais.

Após avaliar o referido demonstrativo, o servidor identificou o seguinte equívoco:

- (A) apresentação de resultados nominal e primário acima da meta do exercício anterior;
- (B) apresentação de valores nominais das metas de receitas e despesas do exercício anterior;
- (C) ausência de avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2021;
- (D) avaliação do impacto da inflação quanto ao não atingimento da meta de resultado primário;
- (E) metas de receita apresentadas em valores e em percentual do PIB e da RCL, desnecessariamente.

43

A apuração da Receita Corrente Líquida (RCL) é detalhada em demonstrativo anexo que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), de publicação bimestral pelos entes federativos.

No caso da apuração da RCL em âmbito municipal, uma alteração recente em relação ao previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é a:

- (A) exclusão dos recursos recebidos a partir de emendas parlamentares impositivas no cálculo da RCL para fins de acompanhamento das metas fiscais;
- (B) apuração da RCL ajustada para fins de cálculo dos limites fiscais de despesa com pessoal e de endividamento;
- (C) necessidade de demonstrar a previsão do desempenho da RCL até o final do exercício de referência;
- (D) necessidade de detalhar as receitas correntes derivadas de rendimentos de aplicações de recursos previdenciários;
- (E) obrigatoriedade de segregar recursos transferidos de emendas parlamentares para aplicação em saúde e em outras áreas.

44

Um ente municipal foi notificado de que o Município foi contemplado com uma emenda parlamentar inserida no orçamento da União, obtida por um deputado federal com base eleitoral na região. Os recursos relativos à emenda serão alocados ao Município por meio de uma transferência especial.

Para executar os referidos recursos, o ente municipal, resguardadas disposições e vedações legais específicas, deve:

- (A) alocar pelo menos 70% dos recursos em despesas de capital;
- (B) aplicar pelo menos 50% dos recursos nas áreas de saúde e educação;
- (C) apresentar plano de aplicação e prestação de contas ao Tribunal de Contas da União;
- (D) celebrar um convênio ou instrumento congêneres com a União;
- (E) vinculá-los à programação estabelecida na emenda parlamentar.

45

O processo de licitação e contratação está incluído na etapa do planejamento da despesa orçamentária dos entes públicos, o qual conta com regramentos específicos, que visam assegurar:

- (A) a economia de recursos para os exercícios seguintes;
- (B) as melhores condições para o ente público;
- (C) o cumprimento dos limites fiscais de superávit financeiro;
- (D) o exercício regular do poder discricionário do gestor;
- (E) os elementos para o exercício do controle interno e externo.

Matemática Financeira

46

Uma organização aplicou R\$ 100.000,00 por 15 dias em um produto financeiro que oferece uma rentabilidade nominal efetiva líquida de 1,0% ao mês no regime de capitalização simples.

Ao final do prazo, a organização auferiu, no período, juros e rentabilidade nominal efetiva líquida, respectivamente, de:

- (A) R\$ 500,00; 0,5%;
- (B) R\$ 1.000,00; 1,0%;
- (C) R\$ 10.000,00; 0,5%;
- (D) R\$ 15.000,00; 1,0%;
- (E) R\$ 30.000,00; 1,0%.

47

Uma empresa deparou-se com duas opções de produtos financeiros para aplicar seus recursos excedentes: o produto X oferece uma rentabilidade nominal efetiva líquida de 2% a.m. no regime de capitalização simples; e o produto Y oferece a mesma rentabilidade, mas no regime de capitalização composta.

Como a empresa pretende aplicar tais recursos pelo período de 10 dias e busca maximizar seus ganhos financeiros, ela certamente escolherá o produto:

- (A) X, pois apesar de render menos, é mais seguro;
- (B) X, pois rende mais;
- (C) X ou Y, pois ambos apresentam a mesma rentabilidade;
- (D) Y, pois rende mais;
- (E) Y, pois apesar de render menos, é mais seguro.

48

Roberto recebeu seu primeiro salário como profissional e resolveu aplicar, uma única vez, R\$ 2.000,00 para formar uma reserva financeira que será capitalizada a uma taxa nominal efetiva líquida de 1,5% a.m. por 1 ano.

Considerando que $1,015^{12} = 1,20$, Roberto resgatará ao final do período um total de:

- (A) R\$ 2.120,00;
- (B) R\$ 2.400,00;
- (C) R\$ 3.000,00;
- (D) R\$ 3.600,00;
- (E) R\$ 4.400,00.

49

Uma organização possui valores a receber decorrentes de vendas a prazo. Ela tem R\$ 100.000,00 a receber daqui a 30 dias, mas está sem caixa no momento e precisa de recursos financeiros imediatamente. Dessa maneira, solicita junto a um banco uma operação de desconto comercial simples, a partir da qual ela recebe R\$ 90.000,00 hoje. Desconsidere qualquer outro imposto ou custo nessa operação.

Dessa maneira, a taxa de juros nominal efetiva cobrada pelo banco é:

- (A) impossível de se calcular;
- (B) de 10,00% ao mês;
- (C) de 11,11% ao mês;
- (D) de 22,22% ao mês;
- (E) menor que a taxa de desconto comercial.

50

João investiu R\$ 10.000,00 em um produto financeiro que apresentou rentabilidade nominal líquida de 8,00% no período de 12 meses, durante os quais esses recursos ficaram aplicados. Considerando que a inflação para esse mesmo período foi de 10,00%, a rentabilidade real líquida obtida por ele nesse período foi de:

- (A) -2,00%;
- (B) -1,82%;
- (C) 0,00%;
- (D) 1,85%;
- (E) 2,00%.

51

Um banco ligou para uma empresa oferecendo um produto financeiro que rende à taxa nominal efetiva bruta de 1,00% ao mês no regime de capitalização composta. O responsável da empresa por essa operação solicitou a mesma informação numa base semestral e anual, conforme orientação do seu chefe imediato.

Sendo assim, o banco informou corretamente as taxas de:

- (A) 5,95% ao semestre e 11,82% ao ano;
- (B) 6,00% ao semestre e 12,00% ao ano;
- (C) 6,00% ao semestre e 12,68% ao ano;
- (D) 6,15% ao semestre e 12,00% ao ano;
- (E) 6,15% ao semestre e 12,68% ao ano.

52

Maria pretende se aposentar hoje com a ajuda de uma renda mensal que será gerada a partir de um fundo que foi constituído ao longo de muitos anos. Ela conseguiu acumular R\$ 1.000.000,00 e estima que poderá contar com uma taxa nominal efetiva líquida de 2% ao mês e uma taxa real efetiva líquida de 1% ao mês.

Sendo assim, para que não corra nenhum risco de perder o poder de consumo proporcionado pela renda desse fundo, ela poderá sacar mensalmente no máximo:

- (A) R\$ 1.000,00;
- (B) R\$ 2.000,00;
- (C) R\$ 10.000,00;
- (D) R\$ 15.000,00;
- (E) R\$ 20.000,00.

53

Joana precisa acumular recursos em um determinado fundo financeiro. Considerando que, após o período de acumulação, ela terá à disposição uma taxa de juros nominal efetiva bruta de 1,5% ao mês, e que deseja usufruir de uma renda nominal bruta mensal inicial de R\$ 12.000,00 que cresça nominalmente a uma taxa mensal constante de 0,5%, ela precisará acumular a seguinte quantia:

- (A) R\$ 200.000,00;
- (B) R\$ 600.000,00;
- (C) R\$ 800.000,00;
- (D) R\$ 1.200.000,00;
- (E) R\$ 2.000.000,00.

54

A empresa X captou um empréstimo junto a uma instituição financeira pelo Sistema Francês (Price) de amortização. A operação foi fechada a uma taxa de juros nominal efetiva de 2% ao mês, sem nenhum indexador e sem nenhum outro custo além da taxa informada.

Sabendo que a empresa X pagará prestações mensais de R\$ 9.455,96, e que o banco emprestou R\$ 100.000,00, é correto afirmar que a empresa reduzirá sua dívida, imediatamente após o pagamento da primeira parcela, em:

- (A) R\$ 189,88;
- (B) R\$ 1.810,88;
- (C) R\$ 2.000,00;
- (D) R\$ 7.455,96;
- (E) R\$ 9.455,96.

55

A empresa W captou um empréstimo de R\$ 100.000,00 junto a uma instituição financeira pelo Sistema de Amortização Constante (SAC). A operação foi fechada a uma taxa de juros nominal efetiva de 2% ao mês, sem nenhum indexador e sem nenhum outro custo além da taxa informada, para um total de 100 prestações mensais.

Sendo assim, a empresa W pagará em sua 12ª prestação o valor total de:

- (A) R\$ 2.000,00;
- (B) R\$ 2.460,00;
- (C) R\$ 2.780,00;
- (D) R\$ 3.000,00;
- (E) R\$ 3.800,00.

Direito Financeiro

56

A lei complementar tem papel de destaque no Direito Financeiro, uma vez que diversas matérias desse ramo do Direito devem ser exclusivamente por ela regulamentadas.

Dentre as opções abaixo, à luz da Constituição da República de 1988, exige lei complementar para sua edição a lei que:

- (A) institui o plano plurianual;
- (B) institui as diretrizes orçamentárias;
- (C) institui o orçamento anual;
- (D) abre créditos adicionais suplementares;
- (E) estabelece condições para a instituição e o funcionamento de fundos.

57

O Banco Central do Brasil (Bacen) tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços e zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

Acerca de seu papel em matéria de Direito Financeiro, à luz da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- (A) é permitido ao Bacen conceder, direta ou indiretamente, empréstimos a autarquias federais para desenvolvimento de programas de saúde, educação e assistência social;
- (B) o Bacen poderá comprar títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a taxa de juros;
- (C) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Bacen ou em instituições financeiras oficiais federais;
- (D) as disponibilidades de caixa dos Estados e do Distrito Federal serão obrigatoriamente depositadas no Bacen;
- (E) a competência da União para emitir moeda será exercida conjuntamente pelo Bacen e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

58

Num determinado ano, o Tribunal de Contas do Município Alfa (TCM-Alfa) teve que analisar as seguintes situações que lhe foram remetidas: 1) prestação de contas anual do prefeito do Município Alfa; 2) contrato administrativo com uso de recursos próprios municipais contendo graves irregularidades em sua execução; 3) apreciação da legalidade de ato de melhoria posterior de aposentadoria de servidores públicos municipais; 4) ato administrativo ilegal praticado no âmbito de uma Secretaria Municipal.

Acerca desse cenário e à luz da aplicação por simetria da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- (A) o TCM-Alfa deverá realizar o julgamento das contas anualmente prestadas pelo prefeito do Município Alfa, imputando-lhe multa em caso de as contas serem julgadas irregulares pelo Tribunal;
- (B) caso a Câmara Municipal de Alfa, comunicada pelo TCM-Alfa das irregularidades no contrato, se abster de qualquer atuação a esse respeito no prazo de trinta dias, fica o Tribunal autorizado a decidir acerca de tal contrato;
- (C) dispensa-se a apreciação da legalidade pelo TCM-Alfa de ato de melhoria posterior de aposentadoria de servidores públicos municipais quando não alterado o fundamento legal do ato concessório da aposentadoria;
- (D) o TCM-Alfa deverá assinar prazo para que a Secretaria Municipal corrija a ilegalidade do ato e, caso não atendido, deverá representar à Câmara Municipal de Alfa para que esta suste o ato ilegal;
- (E) o parecer prévio do TCM-Alfa julgando as contas do prefeito do Município Alfa só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta da Câmara Municipal de Alfa.

59

Projeto de lei de iniciativa do prefeito do Município Alfa pretende diminuir a alíquota de ISS de 5% para 4,5% quanto a uma série de serviços sobre os quais incide esse tributo municipal, com o fim de fomentar economicamente diversos segmentos de serviços prestados no território de Alfa.

Acerca desse cenário, tal projeto de lei:

- (A) dispensa a necessidade de estimativa do impacto orçamentário-financeiro em razão de sua finalidade extrafiscal de fomento;
- (B) em qualquer hipótese, deve estar acompanhado de demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária;
- (C) não veicula renúncia de receita, uma vez que o benefício nele previsto não compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido ou concessão de isenção em caráter não geral;
- (D) poderia optar por uma medida de compensação consistente na majoração da alíquota de outro tributo, no exercício em que deva iniciar a vigência da redução de alíquota do ISS e nos dois seguintes;
- (E) deve obrigatoriamente estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente apenas ao exercício em que deva iniciar a vigência da redução de alíquota do ISS e ao exercício seguinte.

60

A observância dos limites com despesa de pessoal configura um relevante fator para o cumprimento de uma gestão fiscal responsável por parte dos entes federados.

Assim, o limite individual que o Poder Executivo municipal pode gastar com pessoal, em cada período de apuração, NÃO poderá exceder o seguinte percentual da receita corrente líquida:

- (A) 40,9%;
- (B) 49%;
- (C) 50%;
- (D) 54%;
- (E) 60%.

61

Na elaboração, em 2022, do projeto de lei orçamentária anual (LOA) do Município Alfa para o ano de 2023, foi inserida dotação destinada à aquisição de terreno onde seria executada, em cronograma de obra de dez meses de duração, no próprio ano de 2023, a construção de uma pequena creche municipal.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, tal dotação para aquisição desse imóvel é classificada como:

- (A) inversão financeira;
- (B) transferência de capital;
- (C) despesa de custeio;
- (D) transferência corrente;
- (E) investimento.

62

Já em curso o exercício financeiro de 2023, percebeu-se que a dotação prevista na lei orçamentária anual (LOA) de 2023 do Município Alfa para a construção de uma creche não seria suficiente para a conclusão da obra. Assim, o prefeito determinou à repartição responsável que elaborasse minuta de Decreto abrindo créditos adicionais para reforçar essa dotação orçamentária, fundamentando sua determinação no fato de que, para abertura desse tipo de crédito adicional, havia autorização prévia na LOA 2023.

Diante desse cenário e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional que se pretende abrir configura:

- (A) crédito extraordinário, mas necessitaria de lei específica autorizando sua abertura, uma vez que a autorização prévia na LOA viola o princípio da exclusividade orçamentária;
- (B) crédito suplementar, mas necessitaria de lei específica autorizando sua abertura, uma vez que a autorização prévia na LOA viola o princípio da exclusividade orçamentária;
- (C) crédito suplementar, podendo ser aberto por decreto, uma vez que a autorização prévia na LOA não viola o princípio da exclusividade orçamentária;
- (D) crédito especial, mas necessitaria de lei específica autorizando sua abertura, uma vez que a autorização prévia na LOA viola o princípio da exclusividade orçamentária;
- (E) crédito especial, podendo ser aberto por decreto, uma vez que a autorização prévia na LOA não viola o princípio da exclusividade orçamentária.

63

Integra obrigatoriamente o projeto de lei de diretrizes orçamentárias de cada ano o Anexo de Metas Fiscais, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

Dentre as opções abaixo, configuram dados de presença obrigatória em tal Anexo, EXCETO:

- (A) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- (B) avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- (C) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- (D) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- (E) demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

64

Acerca das vedações previstas na Constituição da República de 1988 em matéria orçamentária e suas exceções, analise as afirmativas a seguir.

- I. É permitida a vinculação das receitas recebidas por meio do Fundo de Participação dos Municípios para prestar contragarantia à União.
- II. Não se admite qualquer transferência de recursos de uma categoria de programação para outra por meio de Decreto.
- III. É vedada a vinculação de receita de impostos para a realização de atividades da administração tributária.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

65

Um deputado estadual apresentou, junto à Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa e dentro do prazo adequado, emenda ao projeto de lei orçamentária anual (Ploa) do Estado Alfa que acarretava aumento de despesa. O deputado estava ciente de que tal emenda somente poderia ser aprovada caso indicasse os recursos necessários a custear esses novos gastos, os quais deveriam ser provenientes de anulação de outras dotações.

A dotação que pode ser objeto de anulação para fins de custeio do aumento previsto nessa emenda parlamentar é a anulação de despesa que recaia sobre dotação referente a:

- (A) transferências de parcela do ICMS do Estado para os Municípios;
- (B) pagamento do serviço da dívida pública estadual;
- (C) pagamento dos servidores públicos estaduais inativos;
- (D) pagamento dos pensionistas de servidores públicos estaduais falecidos;
- (E) obras de infraestrutura.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

